

Acordo com funcionários consulares no Brasil depende de proposta comportável - Governo

Lisboa, 15 mar (Lusa) – O Governo manifestou hoje disponibilidade para encontrar uma solução para o conflito salarial dos funcionários consulares no Brasil, desde que a proposta seja orçamentalmente comportável e acabe a litigância judicial, disse hoje o secretário de Estado das Comunidades.

“Nós comprometemo-nos a manter a abertura para o diálogo, tendo em vista encontrar uma solução num quadro temporal que vá daqui até ao fim mês de junho, mas com dois pressupostos”, declarou à Lusa José Luís Carneiro.

Segundo Carneiro, o primeiro pressuposto “é de que a proposta final seja orçamentalmente comportável e, o segundo, que haja garantia jurídica que permita colocar um ponto final na constante litigância dos trabalhadores no Brasil em relação ao Estado português”.

O Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas (STCDE) anunciou na terça-feira que a greve que estava prevista até quinta-feira foi suspensa "por ter sido assumido pelo Governo o compromisso de solucionar" os problemas na origem da paralisação.

A greve dos trabalhadores dos postos consulares e da embaixada no Brasil estava prevista para decorrer entre 13 a 16 de março.

Segundo o sindicato, o motivo da greve é um conflito salarial que existe entre os trabalhadores e o Governo português desde 2013 e que afeta 80 funcionários, tendo resultado em cerca de 60 processos judiciais.

Estes processos “podem representar encargos com indemnizações aos trabalhadores dos postos diplomáticos e consulares portugueses no Brasil na ordem de nove milhões de euros”, disse na segunda-feira a presidente do sindicato, Rosa Ribeiro, à Lusa.

O conflito já existe desde 2013 com “a decisão unilateral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de aplicar a estes trabalhadores uma tabela salarial em reais”, acrescentou então a mesma fonte.

Para o sindicato, a greve mostrou a "determinação dos trabalhadores em serem tratados como os restantes trabalhadores do MNE no estrangeiro, esperando-se que a normalização das suas relações de trabalho e reposição da sua tabela salarial de 2013 sejam fatores decisivos para a continuidade de uma normal prestação de serviço público”.

“Desde a primeira hora que mostrámos total abertura e disponibilidade para trabalhar numa solução”, afirmou José Luís Carneiro.

“Nós comprometemo-nos na abertura a um diálogo, pendente em encontrar uma solução. Isso porque encontrar uma solução para uma matéria tão complexa exige

não apenas a verificação de questões de direito nacional e internacional, nomeadamente o direito laboral brasileiro", acrescentou.

Segundo o secretário de Estado das Comunidades, durante as conversações realizadas entre as partes, "o sindicato disse que havia uma solução com várias dimensões para esta matéria" e ficou de apresentar uma proposta na altura e o Governo deu sinal positivo para a discutir, mas entretanto foi convocada a greve.

José Luís Carneiro disse que está marcada uma próxima reunião entre as partes no dia 21 de março.

CSR // VM
Lusa/Fim